

ESTRATÉGIAS NÃO AGRÍCOLAS DE GERAÇÃO DE RENDA NO ASSENTAMENTO RURAL GLEBA XV DE NOVENBRO

Olívia Alves de Almeida¹

Patrícia Alves Ramiro²

Introdução

O desenvolvimento econômico é, inegavelmente, a principal vertente da administração governamental brasileira, e isto reflete nas políticas públicas do país. Sendo assim, pensar a reforma agrária no Brasil requer uma discussão sobre a geração de renda nos espaços de assentamentos rurais, considerando a renda não apenas no sentido de “fonte de dinheiro”, mas como possibilidade de manter o homem no meio rural e dar continuidade ao seu modo de vida, (re)criando identidades e relações sociais.

Devemos lembrar que os assentamentos rurais são espaços complexos que, conforme Farias (2008), devem ser compreendidos a partir de suas subjetividades diferenciadas e dos diversos projetos de vida que, neste espaço-tempo, se cruzam e se conflitam.

Inicialmente, é importante enfatizar os objetivos desta pesquisa³, que consistem em pesquisar e analisar as alternativas não agrícolas de geração de renda existentes no assentamento rural Gleba XV de Novembro, localizado no município de Rosana/SP, considerando a atividade como forma de garantia de manutenção destes espaços como local de moradia e trabalho. Buscamos detectar ações solidárias para produção e comercialização dos produtos não agrícolas, analisar quais práticas complementares de geração de renda agregam valor material e simbólico à vida dos assentados e atentar para a descoberta de novas opções durante o desenvolvimento da pesquisa.

Ao optar pelo assentamento Gleba XV de Novembro, primeiro assentamento de reforma agrária da região do Pontal do Paranapanema, pretendemos, além do levantamento de informações sobre as alternativas não agrícolas de geração de renda

¹ Graduanda do curso de Turismo, UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, oliviavicky@yahoo.com.br.

² Doutora em Sociologia (UFSCar), UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, patriciaramiro@rosana.unesp.br.

³ Pesquisa de iniciação científica aprovada e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

neste local, fornecer subsídios para a comparação com situações estudadas em assentamentos de outros municípios da região do Pontal do Paranapanema, assim como do sul do Mato Grosso do Sul, visto que estas áreas são o principal objeto de estudo do *Laboratório de Estudos sobre Assentamentos Rurais*⁴ da UNESP Campus de Rosana.

Portanto, adotamos como metodologia de pesquisa, além da pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com uso de técnicas quantitativas e qualitativas, buscando associá-las para uma melhor produção científica. A aplicação de questionário foi acompanhada da realização de entrevistas baseadas em técnicas da história oral⁵.

Sabemos que as alternativas não agrícolas de geração de renda surgem nestes espaços como uma possibilidade de complementar a renda proveniente da agricultura, considerando as dificuldades encontradas para o sustento a partir dos rendimentos provenientes exclusivamente desta atividade. Aprofundaremos esta consideração na sequência.

Estratégias não agrícolas de geração de renda: contextualização

Se tratando de assentamentos rurais, a questão da renda é um aspecto primordial da discussão, pois a conquista da terra não garante às pessoas uma renda que lhes propicie viver no campo de acordo com suas necessidades e direitos (cf. MANCUSO; RAMIRO, 2010). A questão é reforçada na seguinte afirmação de Bergamasco (1996): “Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10)

Neste contexto é essencial considerar o histórico do campesinato brasileiro, o quadro colonial, o domínio da grande propriedade, a disponibilidade de terras, entre outras questões muito bem tratadas por Wanderley (1999). Considerando isso, a agricultura familiar sempre ocupou lugar secundário na sociedade brasileira, fazendo com que o meio rural do Brasil fosse marcado pela luta para alcançar representatividade na economia e na própria sociedade.

⁴ Ao qual a autora está vinculada. Coordenado pela orientadora desta pesquisa.

⁵ O trabalho de pesquisa bibliográfica foi fortemente pautado na preparação prévia para aplicação (em campo) das técnicas adotadas, especialmente a de entrevista, tendo como referência principal o trabalho de Paul Thompson (1992), “A voz do passado: história oral”.

Wanderley (1999) aponta também três dos principais objetivos que marcam o campesinato brasileiro e são referências importantes para o presente trabalho: “[...] lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.” (WANDERLEY, 1999, p. 37). Assim, neste trabalho pensamos no lote como local de moradia e trabalho, considerando, além do aspecto produtivo, o familiar e o sociocultural.

Especificamente no espaço dos assentamentos rurais, as dificuldades são marcantes desde o início das primeiras implantações até os dias de hoje:

Parece ser possível constatar uma precariedade material nos assentamentos, resultado, [...], da carência de investimentos efetivos por parte de Estado no sentido de dotá-los não só de um mínimo de infra-estrutura, mas também proporcionar-lhes recursos para plantio, comercialização, assistência técnica etc. [...] A essa precariedade, os assentados respondem buscando alternativas que lhes permitam a sobrevivência, mas mantendo-se de posse da terra. (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 24)

Atualmente, torna-se perceptível a dificuldade dos assentados em se manter no campo e sobreviver da renda proveniente da produção agrícola. Essa constatação faz com que a discussão sobre as alternativas não agrícolas de geração de renda mostre-se relevante.

O aumento da procura por essas alternativas entre os produtores rurais é uma característica marcante do chamado por José Graziano da Silva (1999) de “novo rural brasileiro”. Segundo Silva (1999), esse espaço rural contemporâneo não mais se caracteriza somente como agrário, visto que as atividades não agrícolas estão cada vez mais presentes no campo, interferindo na dinâmica deste espaço e na vida dos que nele habitam. Para o autor:

As rendas das atividades agropecuárias estão entre as menores remunerações que se pagavam no país em 1990, [...], portanto, a possibilidade de pluriatividade com ocupações não-agrícolas era fundamental para elevar e também estabilizar as rendas das pessoas residentes no meio rural em todo o país. (SILVA, 1999, p. 19)

Para Schneider (2004; 2009; 2011) o que caracteriza a pluriatividade é a combinação de ocupações agrícolas e não agrícolas. Ou seja, se uma família deixar de lado a agricultura e passar a ocupar-se apenas em atividades não agrícolas, deixaria de situar-se no grupo dos pluriativos. Deste modo, a pluriatividade pode ser entendida como:

[...] um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. (SCHENEIDER et. al., 2006, p. 139)

Ao definir as alternativas não agrícolas de geração de renda como foco de estudo, optamos por considerar somente as alternativas criadas dentro do ambiente dos assentamentos, dando menor ênfase ao recebimento de aposentadorias e outros benefícios, e ao trabalho realizado fora do espaço territorial dos assentamentos, geralmente caracterizado pela prestação de pequenos serviços realizados na área urbana.

Com este enfoque, é possível identificar as alternativas (re)criadas no cotidiano do meio rural pelos assentados como uma possibilidade de garantir sua permanência no campo e a (re)definição de identidades sociais. Devemos considerar que o perfil dos assentados não é homogêneo, e que as escolhas e anseios das famílias muitas vezes se diferenciam inclusive dentro de um mesmo projeto de assentamento, demonstrando que “não se trata de uma contextura social de fácil entendimento, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes diversos atores e projetos de vida, bem como os projetos dos mediadores e do próprio Estado.” (FARIAS, 2008, p. 151)

Entendemos também que a agricultura não é apenas uma atividade econômica, mas algo que figura como parte da vida dos agricultores e das famílias que vivem no meio rural, e que influencia, direta e indiretamente, em suas relações internas e externas.

Essa visão permite-nos adentrar ao conceito de multifuncionalidade, inserindo a agricultura e o agricultor no panorama do desenvolvimento sustentável do campo. Para Carneiro (2003) a noção de multifuncionalidade faz com que a agricultura deixe de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e passe a ter funções sociais, tornando-se responsável pela conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e cultural e pela qualidade dos alimentos. Ressalta-se a importância de considerar também os modos de vida das famílias rurais, sua dinâmica social, sua relação com o território e com a agricultura, e não apenas os componentes econômicos deste contexto.

A relação dos assentados com a terra ultrapassa, portanto, a ideia de produção para seu sustento ou mesmo para comercialização, adentrando no âmbito cultural, no qual a implantação do assentamento propicia o retorno ou a continuidade em alguns casos, de um modo de vida específico no qual é possível recriar experiências que, muitas vezes, representam a convivência comunitária rural.

O locus de pesquisa: Gleba XV de Novembro

Para compreender o contexto do surgimento do assentamento Gleba XV de Novembro e chegar à questão das estratégias não agrícolas adotadas pelos assentados neste local, é preciso considerar a história da região do Pontal do Paranapanema e do município de Rosana. Para Borges (2010) a Lei de Terras de 1850 contribuiu muito para a questão agrária conflituosa na região. Segundo Martins (1979 apud BORGES, 2010), com esta lei a terra devoluta só poderia ser ocupada pelo processo de compra e venda. Com isso o processo de grilagem se fortaleceu e fez com que a terra se tornasse oficialmente uma mercadoria, sendo acessível apenas à elite, provocando concentração fundiária e exclusão dos camponeses e pequenos agricultores.

Leite (1998) aponta a ocupação do Pontal como “irregular”, não apenas pelas suas formas que feriram fundo o meio ambiente, mas “porque poucos se apoderaram de muito, ao passo que muitos permaneceram sem nada.” (LEITE, 1998, p. 17). O autor aponta a Estrada de Ferro Sorocabana como início desta ocupação da região.

A estrada de ferro também foi essencial para o surgimento de Rosana, segundo Hespanhol (1985) a criação da cidade foi proposta pela Colonizadora Camargo Corrêa, que pretendia criar uma cidade ao final dos trilhos. A implantação da cidade ocorreu na década de 1950, mas ainda como distrito do município de Teodoro Sampaio. O modo como o espaço foi dividido – em pequenas propriedades – trouxe graves problemas: apenas um lote não era suficiente para sustentar o colono e sua família, mas era difícil adquirir outro lote devido à valorização das terras, com isso muitos migraram para outras áreas, e os proprietários economicamente mais fortes anexaram estas pequenas propriedades formando sítios e até fazendas.

Segundo Borges (2010) foi nas décadas de 60 e 70 que os posseiros e sitiantes inicialmente expulsos, voltaram à cena como trabalhadores das fazendas, na função de pequenos arrendatários: “[...] a situação inverteu-se: tornaram-se novamente posseiros, constituindo as glebas no coração das fazendas e dando um novo teor ao processo de lutas e a uma terra quase que consagrada pelo grilo.” (BORGES, 2010, p. 79).

Observada a concentração fundiária em Teodoro Sampaio assim como em todo o Pontal do Paranapanema, a área se tornou prioritária no Plano Nacional de Reforma Agrária, o que gerou protestos por parte dos grandes fazendeiros (geralmente pecuaristas). Antes mesmo da efetivação do Plano, algumas áreas foram desapropriadas para fins de assentamento. (HESPANHOL, 1985).

Em 1983, pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados da Destilaria Alcídia e hidroelétricas da região se uniram para a organização do movimento gleba XV de Novembro. O ano de 1983 foi um marco para os “sem terra” (sem hífen) do Pontal e principalmente da gleba XV, devido à ocupação das fazendas Rosanela e Tucano, no dia 15 de novembro. No dia 23 as famílias foram expulsas destas terras, e formaram os acampamentos XV e XVI de novembro, às margens da rodovia SP-613. Em março de 1984 uma área de 15.610 ha foi desapropriada assentando 446 famílias dos acampamentos XV e XVI de novembro. Em 1986 a CESP realizou o Reassentamento Rosana, como medida de ressarcimento dos impactos das barragens, mas na realidade mais para equilibrar o conflito no assentamento gleba XV de Novembro, devido ao fato de a área desapropriada não ter sido suficiente para as famílias que lutavam naquele contexto. (BORGES, 2010).

Toda esta situação de luta desde os tempos de acampamento, nas invasões de terra, na beira da rodovia, até a obtenção do lote e instalação no assentamento, pôde ser comprovada nos depoimentos dos entrevistados. Alguns deles estão desde o início do processo, em 1983, e relatam como principal marco da luta as dificuldades vividas no acampamento. A falta de água foi ponto exposto em diversos depoimentos, mas as dificuldades foram diversas, como podemos comprovar na fala de Maria de Jesus quando questionada sobre o processo para conseguir a terra:

Ah, foi meio sofrido... foi bem sofrido, porque primeiro nós foi pra beira da pista né, aí ficamo lá, debaixo do barraco de lona, fiquemo acho que foi oito mês, oito mês, na beira da pista, aí sofreno, quando aparecia uma coisinha era uma xirquinha de coisa pra cada família num sabe, que era bastante família, então eles davam uma xirquinha, num era no copo não, era uma xirquinha assim de feijão, uma xirquinha de farinha, de arroz, pra cada família [...]

Não podemos deixar de considerar também as diversas atribulações vividas antes da luta, antes da obtenção da terra, momento em que muitos ainda trabalhavam para o “patrão”, sem a liberdade tão sonhada. Podemos observar isso no depoimento de Nice, que após afirmar que a vida depois de assentada está “muito melhor” contou um pouco das dificuldades dos tempos de boia-fria:

[...] cê levantar todo dia três hora pra fazer comida pra ir pra boia-fria é difícil, só sabe quem foi né, só sabe quem já foi, então hoje não, hoje eu levanto a hora que eu quero, hoje eu, né, num preciso tá me matando em cima de um caminhão de boia-fria nada pra mim comer, porque do próprio, da própria terra a gente tira o sustento ali, e se eu quiser vender um porco

eu tenho, se eu quiser matar uma vaca eu tenho, eu nunca tive, na boia-fria, só podia criar duas, três galinha, quando o vizinho num impricava. Hoje eu tenho a vaca, hoje eu tenho o porco, hoje eu tenho galinha, então... eu num num me apuro assim, igual me apurava igual na bóia-fria quando começava a chover na boia-fria, a gente começava a rezar pra num, pra num chover porque tinha medo, a gente tava colhendo grama chovesse a semana inteira a gente num ia ter o dinheiro da compra, e hoje a gente pede a Deus que manda chuva pra [risos] vê a diferença né.

Com este panorama da situação do Pontal e do assentamento Gleba XV de Novembro percebemos um processo complexo: “Se o assentamento parece fundar um novo tempo, ele também se alimenta de experiências, recupera valores.” (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 21). Considerando tudo o que se viveu até a conquista da terra, surge uma nova realidade, mas que contém traços de tudo aquilo que passou, e que têm também seus problemas e desafios.

As estratégias não agrícolas na Gleba XV de Novembro

Mesmo que a pesquisa esteja em andamento, já podemos observar alguns pontos destacados inicialmente em nossos objetivos, como as ações solidárias para produção e comercialização, práticas que demonstram agregar valor material e simbólico à vida dos assentados e a descoberta de novas opções de geração de renda não agrícola além das já conhecidas anteriormente à pesquisa de campo.

Quanto às ações solidárias temos o exemplo da Organização das Mulheres Unidas do Setor II (OMUS II), que reúne um grupo de mulheres que veem a cooperação como forma de beneficiar a todos. Isso aparece nos depoimentos de Maria José, sobre o início da organização, e de Nice, sobre os benefícios de trabalhar em grupo:

Bom, esse negócio, a história da OMUS ali foi uma luta, a gente tava lutando por, por uma vida melhor, por uma vida mais justa, é... começou logo no início quando nós chegamos aqui, era, a gente num tinha um centro de saúde aqui [...] então a gente tinha que se deslocar daqui, com criança pequena às vezes né, pra pegar o leite, pra consultar, pra tomar vacina [...] aí começou a luta, por coisa melhor pra nós porque era uma barbaridade né, ninguém tinha direito a nada [...]

Eu acho assim quando você passa... você tem sua necessidade, cê sozinha pra conseguir alguma coisa é difícil, mas quando junta né, aí... é mais fácil pra conquistar então eu acho assim, a vantagem de ser associado e participar é a união, lutar pra pra conquistar alguma coisa, hoje a pessoa sozinha pra conquistar alguma coisa é muito difícil.

O foco da produção da OMUS II está na panificação, destinada à comercialização junto à CONAB e Prefeitura Municipal de Rosana. O grupo também proporciona facilidades para o acesso a diversos cursos, tanto voltados para agricultura e pecuária quanto para atividades não agrícolas, como confeitaria, compotas e conservas, derivados de leite, sabão, entre outros. Estes cursos são oferecidos principalmente pela Fundação ITESP, mas também por outras instituições como o SEBRAE, por exemplo.



Foto: Espaço utilizado pela OMUS II para produção não agrícola.



Foto: Pães e roscas produzidos pela OMUS II.



Foto: Mulheres da OMUS II com seus produtos não agrícolas.

Tanto no sentido da união do grupo quanto dos cursos, podemos relacionar a situação encontrada na Gleba XV de Novembro com as considerações de Menegat (2009) que estudou assentamentos no Mato Grosso do Sul e também pôde observar que:

[...] o que motiva as mulheres para uma nova organização de grupo, com trabalhos coletivos [...], são as dificuldades econômicas que cada uma vivencia no lote. São, inicialmente, as dificuldades que vivenciam que as têm impulsionado a buscarem, novamente, alternativas outras para a superação. Nesse sentido, a formação de grupos coletivos, numa maneira ideal para a soma dos esforços, e que envolvem parcerias com instituições diversas, dentre elas o SEBRAE, as Secretarias das prefeituras e as Universidades. (MENEGAT, 2009, p. 226)

Na Gleba XV, além dos produtos já conhecidos como pães, queijos e doces, e de serviços como borracharia e bares, pudemos identificar novas opções de geração de renda, como o salão de cabeleireiro de Cláudia, assentada do setor 3. Além do benefício para a família com a geração de renda, vemos a atividade como benéfica para a própria comunidade, que pode ter acesso aos serviços e produtos oferecidos por Cláudia em seu salão.



Fotos: Salão da cabeleireira Cláudia no setor 3.

Tanto na iniciativa da OMUS II quanto nas ações individuais e familiares para geração de renda não agrícola temos como destaque a grande participação de mulheres, e para o presente trabalho optamos por enfatizar esta observação de pesquisa.

Atividade não agrícola e gênero

O gênero enquanto categoria de análise historiográfica é recente, e busca compreensões teóricas acerca de questões que surgem principalmente nas práticas que permeiam alguns movimentos sociais, sobretudo o feminista, que traz a tona debates sobre posturas que muitas vezes são colocadas como “naturais”, mas que denotam discriminação e práticas de dominação e submissão. (TEDESCHI, 2009). Com isso, temos o gênero como uma construção, o que, segundo Tedeschi (2009):

[...] tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, psicológicos, ampliando as possibilidades das abordagens históricas, trazendo para a discussão dois aspectos importantes: um deles, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder, e o outro, a definição de gênero enquanto representação [...]” (TEDESCHI, 2009, p. 143)

Considerando a relação entre gênero e relações de poder, temos a divisão sexual do trabalho, que influencia na inserção social de homens e mulheres, pois há uma identificação cultural de atividades e papéis destinados a cada sexo. Assim, corresponderiam às mulheres as atividades de reprodução social da família, e aos homens a função de provedor das necessidades materiais, o que, numa sociedade mercantil e patriarcal subordina a mulher ao homem obedecendo à hierarquia de poder vigente. A partir disso temos a definição dos espaços que cada um deve ocupar: o homem no local público e de produção, e a mulher no âmbito privado e doméstico. (TEDESCHI, 2009).

No caso da sociedade camponesa temos esta naturalização ainda mais marcada:

A pretensa “naturalidade” da divisão sexual do trabalho, onde cabem às mulheres os afazeres domésticos, denunciado pelo movimento de mulheres com tanto impacto no espaço urbano, aparentemente ainda é tímido no campo. No mundo rural estas relações *não foram ainda contaminadas pelo novo papel feminino, com o mesmo impacto do que acontece no meio urbano.* (MELO; DI SABBATO; 2006, p. 83, grifo do autor)

A continuidade deste pensamento que naturaliza a divisão sexual do trabalho e sustenta a desigualdade entre homens e mulheres pode ser avaliada como reprodução de uma prática cultural, ou seja, uma representação:

As identidades e papéis sociais no mundo camponês, e também em outros espaços, ocorrem em um contexto de relações de poder, de negociações culturais entre os vários atores sociais com expectativas e identidades diferentes, reproduzindo práticas culturais baseadas em princípios de desigualdade de gênero. (TEDESCHI, 2009, p. 165)

No entanto, podemos observar que o aumento da participação feminina em setores antes dominados pelo homem tem se mostrado crescente. Especialmente no meio rural, vemos que esta participação vem como uma grande conquista:

[...] as conquistas das mulheres do campo foram além de questões relativas à terra, ao salário e à produção, uma vez que em suas discussões incorporaram a categoria gênero, que passou a compor suas discussões e que propiciou novos elementos de percepção e de questionamentos em relação aos espaços produtivos, sociais, culturais e simbólicos existentes entre homens e mulheres. (MENEGAT, 2009, p. 225)

Na Gleba XV de Novembro temos como exemplo a participação das mulheres na OMUS II, onde abre-se uma porta para a participação da mulher na esfera pública, pois é ela que se relaciona diretamente com os técnicos agrícolas, é ela que faz as negociações de venda dos produtos, entre outros. Além disso, tanto na OMUS II quanto nas produções individuais, muitas conquistam certa independência financeira, mesmo que alguns maridos achem “uma mixaria”. Mas é válido observar que os esforços têm sido feitos, muitas vezes agrupados, e ganham força para que a mulher do campo conquiste seu espaço em diversos âmbitos e de diversas formas:

As mulheres assentadas buscam, na prática cotidiana, de avanços e recuos, de abrir, fechar e reabrir portas, as condições para se construírem enquanto mulheres e mulheres assentadas e, assim, transformar relações, especialmente aquelas entre homens e mulheres. Questionam papéis na relação com os homens e com elas mesmas, transformando o que parece impossível, em possível. (MENEGAT, 2009, p. 229)

Assim, faz-se relevante a observação e discussão das alternativas não agrícolas de geração de renda não apenas sob o aspecto financeiro, mas como possibilidade para abertura de novas portas e descoberta de caminhos a serem percorridos, especialmente para as mulheres que cada vez mais lutam pela igualdade de gênero em diversos segmentos.

Considerações finais

Diante das colocações, temos as atividades não agrícolas como alternativa que, além de colaborar no aspecto econômico, geralmente proporciona relações de cooperação entre os envolvidos, visto que em grande parte são formados grupos de trabalho em que a organização é fundamental, já que funções são distribuídas, despesas e lucros são divididos, entre outras atribuições.

Também é importante destacar a questão do gênero, e o modo como as alternativas não agrícolas podem colaborar para que as mulheres alcancem independência, ou mesmo que possam se destacar em setores antes dominados pelos homens.

Mas, apesar dos benefícios, observamos que as estratégias não agrícolas ainda não são amplamente utilizadas no assentamento Gleba XV de Novembro, considerando que a pesquisa ainda está em andamento. De qualquer modo, tem se destacado os

benefícios das atividades não agrícolas e fica cada vez mais claro que o meio rural, e no caso específico os assentamentos rurais, tem desenvolvido formas de manter o modo de vida, buscando soluções para problemas antigos e novos, criando e recriando identidades, descobrindo e formando uma nova realidade.

Referências

BERGAMASCO, Sônia; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado:** práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo: Annablume, 2010.

FARIAS, Marisa Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 151-170.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O distrito de Rosana:** alguns aspectos. Presidente Prudente: [s.n], 1985.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: HUCITEC/Fundação UNESP, 1998.

MANCUSO, M. I. R., RAMIRO, Patrícia Alves. De volta ao campo: estratégias para se viver a pobreza. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v.2, p.1 - 21, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/aegre/arquivos/view/livro_genero_agricultura_familiar_e_RA_no_mercosul.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2012.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais:** um diálogo necessário. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro:** características e perspectivas para investigação. Disponível em <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** 2 ed. rev. Campinas,SP: UNICAMP. IE, 1999.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais:** um diálogo necessário. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.